



## **EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DOS ENSINAMENTOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC**

Geralda Maria de Bem<sup>1</sup>  
Marcos Aurélio da Silva Sousa<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este texto tem como objetivo estudar a concepção que norteia a Educação infantil referendado na Base Nacional Comum Curricular, a fim de compreendermos a sua relevância para essa etapa do ensino, tendo em vista o desenvolvimento integral das crianças pequenas. Para realização desse estudo elegemos a pesquisa bibliográfica das seguintes obras: Craidy (2001), Oliveira (2002), Ariès (2017), Kuhlmann Jr. (2015), além da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, entre outros que abordam a temática em estudo. O texto nos possibilitou compreender a magnitude da educação infantil no que tange aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, visto que as interações e as brincadeiras são eixos norteadores dessa etapa da educação, além dos campos de experiências proposto pela BNCC, que contribuem para que as crianças interajam com o mundo, com as pessoas construindo sua autonomia e suas potencialidades expressivas e comunicativas.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Base Nacional Comum Curricular. Criança.

### **INTRODUÇÃO**

A criança é um ser ativo e criativo que no decorrer das suas brincadeiras expressam variadas formas aprendidas no cotidiano escolar, como também fora da instituição educacional. Essas ações fazem parte do conhecimento escolar infantil, que deve ser abordado na proposta curricular da pré-escola, como ponto de partida no desenvolvimento integral da criança.

Sabemos que a criança é o centro do planejamento curricular, ou seja, é sujeito de direitos que, nas interações e relações vivenciadas no cotidiano escolar, constroem sua identidade, pessoal e coletiva, através das brincadeiras, imaginação, fantasia. Assim posto, é importante considerar que no decorrer da socialização da criança com todos que lhe cercam devem ser consideradas suas especificidades e seu modo de viver e pensar.

---

<sup>1</sup> Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professora da Rede Municipal de Pau dos Ferros – RN. E-mail: [geraldabem@hotmail.com](mailto:geraldabem@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professor da Rede Estadual de Educação da Paraíba – PB. E-mail: [marcos.sousa4@professor.pb.gov.br](mailto:marcos.sousa4@professor.pb.gov.br).



Portanto, para ampliar as reflexões sobre o tema proposto, este texto se organiza da seguinte forma: primeiro relatamos, sucintamente, o contexto histórico da Educação Infantil, em seguida, elucidamos sobre o ensino da BNCC nessa etapa da educação e por último tecemos nossas considerações finais.

## **METODOLOGIA**

Para realização desse estudo, elegemos a pesquisa bibliográfica das seguintes obras: Craidy (2001), Oliveira (2002), Ariès (2017), Kuhlmann Jr. (2015), além da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, entre outros teóricos que discutem a concepção do desenvolvimento e aprendizagem nessa etapa da educação, visto que a Educação Infantil é concebida como uma etapa educativa com suas especificidades e função sociopolítica e pedagógica, que tem como direcionamento o processo de desenvolvimento integral das crianças pequenas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Delineando o contexto histórico da Educação Infantil**

Sabemos, que a história da educação infantil foi se constituindo ao longo dos anos, com base nas situações sociais de cada contexto histórico. Durante muitos séculos, as crianças pequenas viveram sob a responsabilidade de seus pais, sem frequentar a escola, ajudando-os nos trabalhos domésticos e do campo incluindo-se logo de imediato na vida adulta, sem que pudessem usufruir das atividades peculiares a sua idade, excluídas de uma vivência da infância, ou seja, das atividades inerentes ao seu desenvolvimento e singularidade.

Segundo Ariès (2017, p. 99),

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante da mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.

No decorrer da história, os cuidados com a infância adquirem novos olhares, a família começa a perceber que a história da infância precisa ser diferenciada da vida dos adultos. A evolução psicogenética acontecia na família em ritmos diferentes, ou seja, envolvia diferentes



tipos de famílias e classes sociais, no momento em que essas passaram a cuidar mais das crianças evitando enviá-las as amas de leite. De acordo com Kuhlmann Jr. (2015, p.16)

A história da Educação Infantil também sugere esse tipo de consideração. As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc, e, é claro, com a história das demais instituições educacionais.

A história da infância e da educação infantil nos remete à compreensão da criança como sujeito e incluído num processo histórico social. O surgimento das instituições de educação esteve de certa forma relacionada ao nascimento das escolas e do pensamento pedagógico moderno ocorrido nos séculos XVI e XVII. Esse surgimento ocorreu em virtude das mudanças na sociedade europeia. O surgimento de novos mercados, o desenvolvimento científico, entre outros fatores, foi fundamental no advento das escolas e, principalmente, nas instituições educacionais voltadas para as crianças pequenas.

Conforme Craidy (2001, p. 14), “é preciso lembrar que a implantação da sociedade industrial, também passaram a ser feitas novas exigências educativas para dar conta das ocupações no mundo do trabalho, por outro lado, também foram importantes para o nascimento da escola moderna”. Diante desse contexto, foram surgindo novas formas de lutar em prol de espaços que fossem organizados para educar as crianças, bem como, o surgimento de especialistas preocupados com pesquisas voltadas para a infância.

De acordo com Fontana e Cruz (1997, p. 8),

Foi apenas no começo do século XX que se iniciou efetivamente o estudo científico da criança e do comportamento infantil. Desde então vem sendo desenvolvida uma série de pesquisas sobre diferentes aspectos da vida psíquica da criança. Importantes sistemas teóricos foram construídos e têm servido de base às reflexões sobre seu desenvolvimento, sua afetividade e sua educação.

Vale ressaltar que as creches e pré-escolas tiveram seu advento depois das escolas, com o surgimento da expansão da força de trabalho feminina aos setores da sociedade. Segundo Kuhlmann Jr. (2005), foi a partir da década de 1960, que se aprimorou o reconhecimento das instituições de ensino voltadas para Educação Infantil, com o intuito de oferecer uma boa educação voltada para essa etapa de ensino.

Convém salientar que a luta por creches e pré-escolas, conquista e garante na Constituição Federal de 1988, o reconhecimento da educação infantil como um direito da criança e um dever do Estado. Esta define a educação da infância como um direito da criança



e uma opção da família, essa importante conquista ocorreu a partir de ação política organizativa dos movimentos organizados da sociedade, através de debates em contraposição à prática ineficiente da educação e do cuidado da infância e em defesa da escola pública de qualidade para as crianças. A Lei 9.394/96 LDBEN, estabelece que a educação infantil passe a ser considerada a primeira etapa da educação básica.

Conforme Oliveira (2011, p. 117),

É uma conquista histórica que tira as crianças pequenas pobres de seu confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social. Diante do novo contexto mundial de globalização da economia e de expansão tecnologia das fontes de informação, surgido nas últimas décadas do século XX, essa lei propõe a reorganização da educação brasileira em alguns pontos. Amplia o conceito de educação básica, que passa a abranger a educação infantil, o ensino fundamental, e o ensino médio. Expande o conceito de educação, vinculando o processo formativo ao mundo do trabalho e à prática social exercida nas relações familiares, trabalhistas, de lazer e de convivência social.

Assim, evidenciamos que após a efetivação da LDBEN, foram criados vários fóruns, estaduais regionais direcionados a educação infantil com a finalidade de conseguir verbas voltadas para programas de formação dos profissionais dessa etapa de ensino. Ainda de acordo com Oliveira (2002), aliada a essa nova concepção voltada para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos e linguísticos das crianças, foram mencionadas propostas pedagógicas para nortear o ensino, tais como: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, bem como, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, como base norteadora para os profissionais dessa etapa da educação.

Essas diretrizes tratam especificamente da proposta pedagógica da educação infantil e defendem o cuidar e o educar como aspectos indissociáveis do cotidiano escolar, concebe a criança como um ser ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira, e da socialização com as demais crianças como alguém com direito de viver sua infância.

Para Craidy (2001, p. 20),

A experiência que a criança vive na escola infantil é muito mais completa e complexa. Nela a criança desenvolve modos de pensar, mas também se torna um ser que sente de uma determinada maneira. O desenvolvimento da sensibilidade, o fato de reagir de uma certa maneira frente aos outros e às experiências vividas, o gosto por determinadas manifestações culturais em vez de outras..., não são resultados que devem ser desprezados, quando pensamos no tempo e nas experiências que a criança neste período se torna cada vez mais capaz do domínio das operações com o próprio corpo, um sujeito que faz coisas, que se manifesta como um ser ativo e criativo.



Salientamos, que todas essas ações são resultados do aprendizado vivenciado das crianças na socialização no decorrer do cotidiano escolar, nas creches e pré-escolas, as crianças são capazes de vivenciar sua identidade através das brincadeiras, da forma de se expressar, da manifestação, do gosto pelo o que faz, e da sensibilidade infantil que é assimilado na creche, mas também fora dela, através do conhecimento de mundo. Isso nos mostra que, todo esse conjunto de saberes deve fazer parte da experiência curricular da instituição de ensino.

### **Educação Infantil trilhando nas veredas da Base Nacional Comum Curricular**

Sabemos que a Constituição Federal de 1988, representa uma das contribuições mais valiosas na garantia do direito das crianças, por ser fruto de um grande movimento de discussões e participação popular, intensificando com o processo de transição do regime militar para a democracia, trazendo avanços em diferentes áreas do viver em sociedade. O Artigo 208, diz o seguinte: O dever do Estado com a educação será ofertada mediante garantia de:

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade. Com essas palavras a Constituição Federal de 1988, também define a educação infantil como um direito da criança e uma opção da família.

Além da Constituição Federal, podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que estabelece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, subdividida, pelo critério pertinente da faixa etária, em creche (para grupos de crianças de até três anos) e pré-escola (para as crianças entre quatro a cinco anos), sendo vedada a avaliação das crianças nesta etapa de ensino, com o objetivo de promoção para o acesso ao ensino fundamental.

Conforme (BRASIL, Lei 9394/96, Art. 31, Inc. I), bem como, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI - as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI, estabelecem os princípios éticos, políticos e estéticos, e recentemente, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que traz seis direitos de aprendizagem que devem ser assegurados a todas as crianças que convivem no espaço dessas instituições de ensino, quais sejam: conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer-se.





Esse documento trata também dos campos de experiências e aprendizagem, que colocam no centro educativo, a criança como sujeito de direitos, entre eles o direito de aprender e se desenvolver. Assim, conforme a Base Nacional Comum Curricular – BNCC Brasil (2017, p.35)

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das massas.

Assim sendo, os direitos de aprendizagem já mencionados no decorrer do texto, são fundamentais para que as crianças possam desempenhar o seu desenvolvimento, com capacidade de construir significados sobre si, com os outros e com o mundo no qual está inserida. Saber utilizar diferentes linguagens no convívio escolar, bem como, no seu contexto familiar através das experiências, as crianças vão construindo sua identidade pessoal, social e cultural, estabelecendo uma imagem de si e ampliando a interação com os grupos a qual pertence.

Devemos salientar que nas brincadeiras, as crianças socializam com outros compartilhando os conhecimentos que já possui anteriormente com as crianças os quais brincam, ou seja, a brincadeira é considerada um fato social, um espaço privilegiado de interação infantil e de constituição do sujeito criança como sujeito humano produto e produtor de história e de cultura. Para Angotti (2006, p. 106), “o direito de brincar se apresenta como um dos direitos da cidadania, da mesma forma que o direito à cultura, à arte, ao esporte, e ao lazer”. E ainda afirma Angotti, (2006), que na brincadeira, a professora pode intervir pedagogicamente, de acordo com as atividades que estão sendo realizadas, bem como, as ações de cuidado e educação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento integral das crianças pequenas. Segundo o DCRNEI, Brasil, (2018), a brincadeira é a principal atividade da criança, por ser essencialmente lúdica, contudo é um recurso privilegiado na construção da cultura infantil.

E, ainda conforme o DCRNEI - Brasil (2018, p. 34)

[...] as brincadeiras precisam acontecer em situações significativas e ricas, nos contextos diversificados das instituições, a partir de atitudes sistemáticas de observação, escuta atenta das crianças e práticas que pensem a criança em sua globalidade e complexidade, havendo, portanto, a mediação do adulto ou de outras crianças, já que essas interações configuram-se em processos



importante ao desenvolvimento e inserção das crianças nas práticas da cultura – que se constituem também como cultura lúdica.

Diante do pressuposto, concebemos que a Base Nacional Comum Curricular, respaldada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, propõe o currículo da Educação Infantil, organizado por campos de experiências a partir de Direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, sendo cinco Campos de Experiências, a saber: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores, e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Todos esses campos estão imbricados nas práticas cotidianas de maneira integrada, tendo as brincadeiras e interações como foco do processo educativo, em que a criança está imersa com seus pares, compartilhando múltiplas linguagens através das várias experiências adquiridas nas relações com os conhecimentos naturais, socioculturais, nas interações de convivência no contexto no qual está inserida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreendemos a infância como uma construção histórica, social e cultural, respeitando as especificidades das crianças de forma que elas se sintam inseridas no ambiente escolar. A criança é um ser social que tem direito de ser cuidada e educada em todos seus aspectos, por isso, é necessário possibilitar, vivências onde possa reconhecer a diversidade, convivendo com diferentes grupos culturais, através das interações e contextos diversos, se apropriando de amplas aprendizagens sobre si mesma e os outros.

Assim, a criança ao brincar está desenvolvendo sua linguagem oral, bem como seu pensamento, suas habilidades auditivas e sociais, através da linguagem corporal, se expressando, experimentando e interagindo com o mundo, através de movimentos que vão além da sua imaginação.

O texto nos proporcionou conhecer a relevância da organização curricular da Educação Infantil, proposta a partir dos cinco campos de Experiências, os quais são articulados entre si e ancorados na Base Nacional Comum Curricular, visto que a interação e as brincadeiras são fundamentais nas práticas pedagógicas, que norteiam a educação infantil, já que, as crianças aprendem a brincar em contextos diversos, sendo uma forma peculiar de expressarem e interagirem com as outras.



Portanto, este estudo constatou que, as crianças constroem seu conhecimento a partir das interações que estabelecem com as pessoas e com o meio em que vivem, onde a brincadeira é a principal atividade lúdica essencial nessa faixa etária, interligando a socialização no cotidiano da instituição, pensando, experimentando situações novas, vivendo o mundo imaginário, socializando e aprendendo a respeitar os que estão em sua volta.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman 2º ed. Rio de Janeiro: LCT, 2017.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em:  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versao\\_final\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf)  
Acesso em: 13 nov. 2019.

\_\_\_\_\_, Secretaria da Educação e da Cultura. **Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte: educação infantil**. Natal: Offset, 2018.

\_\_\_\_\_, LEI, 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, dez. 1996.

COSTA, Fátima Neves do Amaral. O cuidar e o educar na Educação Infantil. Im. Angotti, Maristela (Org). **Educação Infantil: Para que, para quem e por que?** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006.

CRAIDY, Carmem. Kaercher, Cládis Elise P. da Silva (Orgs). **Educação Infantil: para que te quero?** Porto Alegre; Artmed, 2001.

FONTANA Roseli e DA CRUZ, Maria Nazaré, **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

KUHLMANN Júnior. Moysés, **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 7º ed. 2015.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.